

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 548.718 - PR (2019/0357286-1)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : FERNANDA GABARDO PALLU
ADVOGADO : FERNANDA GABARDO PALLÚ - PR094778
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : DANGELO ROBSON DA SILVA BONFIM (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido de liminar, impetrado em benefício de DANGELO ROBSON DA SILVA BONFIM contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná no julgamento do HC n. 0051269-96.2019.8.16.0000.

Extrai-se dos autos que o paciente foi pronunciado, como incurso no art. 121, *caput* e no art. 121, § 2º, V, c/c o art. 14, inc. II, ambos do Código Penal (homicídio simples consumado e homicídio qualificado tentado). Foi decretada a prisão preventiva em sede de pronúncia, em razão do descumprimento de medidas cautelares anteriormente impostas na concessão de liberdade provisória.

A defesa impetrou o *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que denegou a ordem em acórdão assim ementado (fls. 1682/1688):

HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO CONSUMADO (ART. 121, CAPUT DO CP) E TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO (ART. 121, § 2.º, INC. V, C.C. ART. 14, INC. II, CAPUT, DO CP). PRONÚNCIA. DECRETAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA DO PACIENTE, NEGANDO-LHE O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE. RÉU BENEFICIADO, ANO ANTES, COM A SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO CAUTELAR POR MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS, INCLUSIVE RECOLHIMENTO DOMICILIAR E MONITORAÇÃO ELETRÔNICA. DESCUMPRIMENTO DAS INJUNÇÕES.

VIOLAÇÕES DA ÁREA DE INCLUSÃO. FUNDAMENTAÇÃO ADEQUADA. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE COMPROMETEDORA DA REGULARIDADE DA CONSTRUÇÃO CAUTELAR. MANDADO PRISIONAL AINDA NÃO CUMPRIDO. ORDEM DENEGADA.

Superior Tribunal de Justiça

No presente *writ*, o impetrante aduz que a segregação carece de fundamentação concreta, eis que não estão presentes os requisitos descritos no art. 312 do Código de Processo Penal. Sustenta a falta de contemporaneidade da prisão preventiva e aponta que o paciente não foi instado a se justificar sobre o descumprimento das condições anteriormente impostas, antes da decretação da prisão.

Pugna, assim, em liminar e no mérito, pela revogação da custódia, ainda que com a aplicação de medidas cautelares alternativas, previstas no art. 319 do CPP.

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal e do próprio Superior Tribunal de Justiça. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável o processamento do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso, ao menos em juízo perfunctório, não é possível identificar de plano o constrangimento ilegal aventado ou, ainda, a presença do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, elementos autorizadores para a concessão da tutela de urgência.

Confundindo-se com o mérito, a pretensão deve ser submetida à análise do órgão colegiado, oportunidade na qual poderá ser feito exame aprofundado das alegações relatadas após manifestação do *Parquet*.

Por tais razões, **indefiro o pedido de liminar**.

Oficie-se à autoridade coatora, bem como ao juízo de primeiro grau a fim de solicitar-lhes as informações pertinentes, a serem prestadas, preferencialmente, por meio eletrônico, e o envio de senha para acesso ao processo no *site* do Tribunal, se for o caso.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 28 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

